

DELFIN, Moreira

* dep. fed. MG 1909-1910; gov. MG 1914-1918; pres. Rep. 1918-1919.

Delfim Moreira da Costa Ribeiro nasceu na fazenda da Pedra, no município de Cristina, no sul de Minas Gerais, em 7 de novembro de 1868, filho de Antônio Moreira da Costa, fazendeiro e membro da Guarda Nacional, e de Maria Cândida Ribeiro. Seu primo Venceslau Brás foi deputado federal por Minas Gerais de 1903 a 1908, presidente estadual de 1909 a 1910, vice-presidente da República de 1910 a 1914 e presidente da República de 1914 a 1918.

Estudou no Colégio Santa Rita e no Colégio Mendonça, em Pouso Alegre (MG), e fez o curso preparatório para o ensino superior em duas instituições: no Seminário de Mariana (MG) e no Colégio Joaquim Carlos, em São Paulo. Em 1886 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, e em 1890 obteve o título de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Foi colega de turma de Venceslau Brás e de Estevão Lobo Leite Pereira e ainda nos tempos de faculdade organizou com eles, e com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, um clube republicano chamado Acadêmico Mineiro. Fundou também um jornal intitulado *República Mineira*, na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, localizada no sul de Minas. Mesmo morando em São Paulo, procurava não se desligar do republicanismo mineiro, escrevendo artigos para um dos mais destacados jornais republicanos de Minas, *O Colombo*, dirigido pelo republicano histórico da cidade de Campanha, Lúcio de Mendonça, além de colaborar com outros jornais republicanos da província e fora dela.

Depois de formado, tornou-se em 1891 promotor público em Santa Rita do Sapucaí, passando a juiz municipal da mesma cidade no ano seguinte, presidente da Câmara e agente executivo do município. Em 1893 voltou a exercer o cargo de promotor público, agora na cidade de Pouso Alegre. Sua trajetória política foi facilitada pela implantação do regime republicano e por suas ligações familiares com Venceslau Brás, politicamente leal à importante liderança sul-mineira de Silviano Brandão. Tal conjuntura garantiu-lhe espaço para que pleiteasse uma vaga na Assembleia Legislativa. Assim sendo, em 1894 foi eleito

deputado estadual e depois reeleito para a legislatura seguinte.

Enquanto exercia o mandato, teve participação destacada nas articulações políticas que resultaram na pacificação dos conflitos que dividiam a elite mineira desde a proclamação da República. Tão logo o regime fora instituído no Brasil, republicanos históricos, adesistas e monarquistas, separados ideologicamente e, sobretudo regionalmente, dividiram-se em grupos a disputar o controle político sobre o estado. A oposição nacional entre deodoristas e florianistas e, mais tarde, entre gliceristas e prudentistas teve efeitos avassaladores sobre a estabilidade política de Minas Gerais, só recuperada após a recriação de um novo Partido Republicano Mineiro (PRM), que possibilitou a indicação de Silviano Brandão à vice-presidência da República em 1898. Delfim Moreira fez parte da Comissão dos 15, especialmente nomeada pela Assembleia Legislativa para rearticular a composição política de Minas. A conciliação que resultou desse rearranjo político passou pelo afastamento de grupos considerados mais radicais e que assumiam posturas separatistas em razão de suas ligações com o florianismo. A afirmação política de Prudente de Moraes sobre os florianistas jacobinos em nível nacional contribuiu para o afastamento dos grupos oposicionistas mineiros, garantindo ao PRM uma estabilidade que se prolongaria por muitos anos, sob a hegemonia política do sul do estado.

Em 1902, Delfim Moreira foi convidado por Francisco Sales para compor o seu secretariado e tornou-se secretário do Interior, cargo em que permaneceu até 1906. A pasta era uma das mais importantes da administração pública, pois cabia a seu titular ocupar-se de inúmeras funções relevantes, tais como eleições, administração da justiça, educação, saúde e política imigratória, criação de municípios e distritos, recrutamento militar, segurança e assistência pública, e ainda das relações entre Minas Gerais e os demais estados da Federação.

Ao deixar a Secretaria do Interior foi facilmente eleito senador estadual, com apenas 38 anos de idade. Optou por não assumir o mandato, afastando-se provisoriamente da política ao fixar residência em uma fazenda em Santa Rita do Sapucaí. Para alguns de seus biógrafos, tal afastamento foi reflexo de problemas de saúde que já o afetavam e o levariam

à morte anos mais tarde. Em 1908 assumiu sua cadeira no Senado, e no ano seguinte elegeu-se deputado federal pelo PRM. Empossado em maio de 1909, exerceu o mandato até 1910, quando retornou à Secretaria do Interior de Minas Gerais, agora no governo de Júlio Bueno Brandão (1910-1914).

COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO

Nos dois períodos em que foi secretário do Interior de Minas Gerais, Delfim Moreira teve destacada participação no campo da educação. Integrava o rol de preocupações das elites intelectuais brasileiras, no período em que foram formadas, especialmente nas carreiras ligadas à medicina e ao direito, o estudo da criminologia, que envolvia discussões em torno de suas causas e de seus efeitos. Conforme relata variada literatura produzida no Brasil sobre o tema, a elite dirigente considerava a educação uma das principais ferramentas capazes de atenuar os inconvenientes gerados por uma natureza que predisponha às anomias sociais. A criação de instituições disciplinadoras para crianças e adultos constituía-se em almejada política pública, capaz de amortecer o instinto agressivo, natural de algumas raças, evitando que indivíduos potencialmente criminosos se deixassem levar por outros caminhos que não os da ordem e da disciplina.

Tais valores, largamente compartilhados por inúmeras gerações formadas na Faculdade de Direito de São Paulo, integraram o universo intelectual de Delfim Moreira. Seus compromissos com a educação refletiam uma insatisfação pessoal com as condições do ensino em seu estado. Considerava o número de escolas insuficiente, os professores mal formados e os métodos de ensino extremamente antiquados. A ausência de inspeção agravava o problema. A frequência de alunos era muito baixa, o que apontava para um suposto desinteresse deles pelas enfadonhas aulas ministradas por professores mal remunerados e, conseqüentemente, desinteressados. Além disso, Delfim Moreira preocupava-se com a ausência de um sistema unificado de educação em nível nacional.

Como alternativas, apostava na necessidade de mudanças curriculares, que passavam pela introdução de uma educação menos teórica e mais profissionalizante. O ensino da prática

agrícola e comercial deveria ser prioritário para atender à demanda por profissionais no estado. Os currículos deveriam ser uniformizados, muito embora mais complexos nos polos urbanos e mais simples nos distritos rurais, e a expansão do ensino deveria ser meta prioritária.

De acordo com essas preocupações, tão logo assumiu a Secretaria do Interior de Minas, Delfim Moreira incumbiu-se de realizar ampla reforma educacional no estado, com base em premissas discutidas e aprovadas por uma comissão por ele criada a fim de debater o tema e propor soluções. Tal comissão, chefiada por Estevam de Oliveira e composta por membros do Conselho Superior de Educação Pública, reuniu-se e apresentou em 1903 uma proposta de reforma baseada em dois eixos de sustentação principais: a profissionalização do professor e a introdução de mudanças no processo de formação dos alunos.

Em relação ao primeiro eixo, foi proposta a flexibilização do princípio da “inamovibilidade dos professores”, regulamento que garantia a estabilidade do profissional no emprego, editado nos anos iniciais da República. Delfim Moreira compartilhava a tese de que inúmeros professores mineiros, mal formados ou acomodados em suas longas carreiras no magistério, pouco contribuíam para o cumprimento dos objetivos precípuos da educação, que eram o saneamento moral e a preparação dos jovens para o mercado de trabalho. A nova proposta ia ao encontro de uma concepção que asseverava que o profissional do ensino deveria ser mais bem formado para o exercício de sua profissão. Para isso, a reforma encaminhada por Delfim à apreciação do Congresso mineiro envolvia a criação de institutos de formação do professor – as escolas normais –, já que na maioria dos casos tal formação não existia ou se dava de forma deficiente. A criação de um Instituto Normal Superior apresentava-se como o ponto alto da proposta de reforma. Caberia ao Instituto conferir maior profissionalização à carreira e ampliar o número de professores do estado.

Em relação ao segundo eixo, a disseminação de grupos escolares pela capital e pelo interior se fazia necessária para que a educação pública se universalizasse. A legislação em vigor no período vinculava a representação ao número de eleitores alfabetizados em cada estado. Minas Gerais orgulhava-se de ter o maior número de eleitores e, conseqüentemente, a

maior bancada federal do país, e se esforçaria para manter tal supremacia. Por essa razão, desde 1900 o ensino primário tornara-se obrigatório em Minas Gerais, e a proliferação dos grupos escolares era preocupação de muitos gestores públicos mineiros. Além desse aspecto, a proposta incluía mudanças significativas nos conteúdos a serem ministrados nas escolas, prevendo a substituição de um ensino bacharelesco por um currículo de cunho mais profissionalizante. Crianças e jovens deveriam ter uma educação voltada para o mercado de trabalho rural e urbano. A criação de institutos agrícolas se encarregaria de disseminar parte desse modelo. A proposta de reforma foi amplamente debatida na Assembleia Legislativa mineira e aprovada em meados de 1906.

A Constituição de 1891 havia delegado aos estados a responsabilidade pela organização da instrução primária, requisito indispensável à expansão da cidadania, tendo em vista a manutenção do voto capacitário. A oferta da educação em Minas Gerais era compartilhada pelo o governo do estado, as municipalidades e a iniciativa privada. As escolas privadas, sobretudo de caráter confessional, recebiam subvenções do estado, desde que passassem por um processo de “equiparação”, o que implicava adotar como procedimento padrão o modelo público-estatal. Mas a tarefa e o volume de investimentos necessários a tal fim extrapolavam a disponibilidade da vontade política e dos recursos financeiros dos dirigentes de ocasião. O número de vagas no ensino primário era ainda muito pequeno, o que se constituía em óbice para que o decreto de universalização do ensino fosse posto em prática.

Em 1910, quando Delfim Moreira voltou à secretaria do Interior, o número de matrículas no ensino primário do estado era de 114.634, enquanto o número de grupos escolares era 93. Novos prédios foram então construídos, e o governo iniciou uma política de distribuição gratuita de material didático para os alunos carentes. Ao fim de sua gestão o número de alunos manteve-se próximo dos duzentos mil, matriculados nos cem grupos escolares mantidos pelo estado, um crescimento de mais de 74% do número de alunos.

Como a frequência ainda era muito baixa, próxima dos 60% dos matriculados, Delfim investiu na criação de caixas escolares. Tais institutos forneciam alimento, vestuário e

remédio às crianças pobres, desde que frequentassem a escola. Além dos socorros aos necessitados, ofereciam prêmios para os alunos mais assíduos. Em 1911 as caixas tornaram-se obrigatórias nos grupos escolares e facultativas nas escolas privadas. Em 1915 chegou a haver 199 caixas escolares por todo o estado, tendo havido considerável aumento da verba a elas destinada no período em que Delfim esteve à frente da secretaria.

Por outro lado, até 1904, o ensino normal era ministrado em dez escolas. Após rigorosa avaliação, várias delas foram fechadas. Delfim concentrou o ensino em três escolas municipais e nove equiparadas por decreto, após minucioso exame prévio das pretendentes. Em 1907, um projeto antigo de Delfim havia sido concretizado, com a construção de uma escola normal modelo na capital. A escola era exclusivamente voltada para o público feminino, e o curso tinha duração de quatro anos. Em seguida, foi criada outra escola modelo estadual, a de Ouro Fino, que inovou por aceitar homens como alunos. Ao fim de sua gestão, o ensino normal era ministrado por 36 escolas entre públicas e “equiparadas”, responsáveis pela formação de 5.372 normalistas.

Com vistas à expansão do ensino agrícola, Delfim criou cinco fazendas-modelo. Os resultados, porém, não correspondiam aos investimentos feitos, porque o número de alunos era ainda muito pequeno. Em vão, tentou arrendar algumas fazendas, mas a ausência de interessados inviabilizou o projeto. A saída encontrada foi subvencionar fazendas particulares para que elas se comprometessem a instruir os interessados. Tal saída foi igualmente malsucedida, porque os contratos não foram cumpridos, e o governo do estado teve que cortar as subvenções. O ensino agrícola profissionalizante teria muitas dificuldades em se consolidar.

PRESIDENTE DE MINAS

Vencidas as lutas internas que dividiam o estado, três grupos passaram a disputar a hegemonia do PRM. De um lado, os “silvianistas”, que se agregavam em torno da liderança de Silviano Brandão e que, após a sua morte em 1902, passaram a se chamar “viuvinhas”. De outro, os “biistas”, reunidos em torno da liderança de Bias Fortes. E por fim os

“salistas”, fiéis à liderança de Francisco Sales. Delfim Moreira, na condição de integrante das hostes sul-mineiras, manteve vinculações com o salismo.

A hegemonia sul-mineira sobre as demais regiões do estado prolongar-se-ia até 1918 e seria responsável pela projeção política de vários membros da elite regional, entre eles Delfim Moreira, que, ao término de sua segunda gestão na Secretaria do Interior, foi alçado pelo seu grupo de sustentação no PRM à presidência de Minas Gerais. Delfim Moreira governou Minas entre 1914 e 1918, período em que seu primo Venceslau Brás era o presidente da República, e na mesma época, a partir de 1917, passou a integrar a comissão executiva do PRM, onde permaneceria até a sua morte, em 1920.

À frente do governo do estado, Delfim Moreira deu continuidade aos seus compromissos com a educação, já aprovados anteriormente na reforma por ele proposta. Dessa forma, disseminou ainda mais os grupos escolares por Minas Gerais e criou novos institutos profissionalizantes, ampliando consideravelmente a rede escolar. Dando cumprimento a seu compromisso com a difusão do ensino agrícola, foram criados em 1915 os aprendizados agrícolas oficiais nas cidades de Ouro Fino e Uberaba. Além disso, introduziu o ensino das artes manuais no estado, criando 18 novos estabelecimentos de educação técnica.

Na ausência de políticas sociais de amparo aos desvalidos, o governo do estado se limitava a subsidiar as instituições de caridade. Em 1915, autorizado pelo Congresso, o governo organizou a Loteria Mineira e contratou a sua extração em benefício dessas entidades. Mas um ano depois teve que suspendê-la, uma vez que não foram cumpridas todas as cláusulas previstas. Assim, as entidades pias ficaram sem o recurso. Até o fim de seu mandato Delfim não conseguiria resolver o problema.

Ainda no campo da assistência pública construiu, em 1917, um pavilhão para acolhimento de leprosos na Santa Casa de Sabará. No que diz respeito à atenção aos alienados, criou, em 1915, uma colônia anexa ao manicômio de Barbacena para o suprimento da crescente demanda do estado, tendo em seguida ampliado suas instalações para que pudessem abrigar cerca de 600 pacientes. Instituiu a Diretoria Estadual de Higiene, que passou a ser responsável pela gestão de um grande número de postos de saúde então criados. Entre as

obras públicas realizadas destacaram-se o considerável aumento da malha viária do estado e o investimento na mecanização da agricultura. Para tanto realizou pequena reforma administrativa, que separou as atividades relacionadas à agricultura, terras e colonização, das atividades de viação, obras públicas, indústria e comércio.

Seu governo foi relativamente prejudicado pela conjuntura de guerra internacional, mas facilitado pelo fato de estar na presidência da República um outro mineiro, Venceslau Brás. Apesar das ameaças que se delineavam, o período foi marcado pela expansão das exportações cafeeiras em Minas, atingindo um volume ainda maior que as exportações feitas entre 1907 e 1910, o que surpreendeu a todos os contemporâneos.

Ao longo do quadriênio as receitas públicas cresceram muito, em razão do aumento das exportações do café e de outros produtos. Dessa forma, os orçamentos foram, em sua maioria, superavitários. Nota-se pelos dados dos relatórios presidenciais o constante crescimento do conjunto das exportações mineiras, a diversificação de sua pauta produtiva e o consequente aumento das receitas públicas. Ao longo do período, Minas Gerais sozinha foi responsável por 31,35% do conjunto das exportações nacionais.

Durante o seu mandato o café ainda se constituía no principal item da pauta de exportação do estado, muito embora a policultura começasse a se desenvolver mais celeremente. Delfim Moreira nunca teve dúvidas acerca da necessidade de protegê-lo, ciente de sua importância para a receita fiscal de Minas. Para isso propunha a redução dos fretes ferroviários, muito embora não pudesse se responsabilizar diretamente por tais medidas, já que a maior parte das ferrovias mineiras era de propriedade federal. Apostava igualmente na redução da taxa sobre o trabalho e a produção, propondo uma reforma fiscal que passasse pela taxa das grandes fortunas ou pelo aumento do imposto territorial, diminuindo o peso sobre os produtores e exportadores de café. Mas reconhecia, tal como muitos contemporâneos, a urgente necessidade de reduzir a dependência financeira dos lucros da rubiácea, para que as rendas públicas não ficassem à mercê das oscilações comuns ao mercado.

No tocante aos minérios de Minas Gerais, em 1914 a extração encontrava-se estacionária,

mas no ano seguinte houve um considerável crescimento da produção de manganês, que passou a ser exportado para os países beligerantes. Na ocasião, Minas dispunha de três pequenas siderúrgicas, responsáveis pela fabricação do ferro gusa. Nova companhia siderúrgica veio reforçar a mineração industrial do estado em 1917. Tratava-se da Companhia Siderúrgica Mineira em Sabará, cujo alto forno era capaz de produzir 20 toneladas diárias, com uso de tecnologia majoritariamente nacional.

Uma contribuição positiva da guerra foi a dinamização da indústria pastoril no estado. Até 1915 só se produzia para o consumo interno, mas posteriormente o gado tornou-se fonte de lucro. Como forma de investir nessa nova modalidade econômica, tão lucrativa para os cofres mineiros, Delfim Moreira cuidou de construir matadouros e frigoríficos para viabilizar a exportação da carne mineira para os Estados Unidos e a Europa. Os censos pecuários nacionais de 1912 e de 1916 colocavam Minas Gerais como o principal produtor do país, secundado pelo Rio Grande do Sul. A exportação de carne chegou a superar a de café no ano de 1917.

O desenvolvimento industrial promovido pela substituição de importações ao longo e depois da Primeira Guerra Mundial foi muito visível em Minas Gerais, sobretudo em relação à indústria têxtil. Até 1912 o estado possuía 52 fábricas de tecido. Em 1915 o número de fábricas têxteis em Minas Gerais passava de 60 unidades, reunindo 8.572 trabalhadores, uma média aproximada de 140 operários por unidade fabril.

Em razão do contínuo crescimento da indústria têxtil, o governo teve que investir no plantio do algodão, uma vez que Minas importava a matéria-prima de outros estados brasileiros. Para isso, contrataram-se técnicos que assessoravam os lavradores e subsidiaram-se iniciativas com vistas à autossuficiência do produto. Em 1916 o governo do estado chegou a contratar um especialista norte-americano para assessorar o aperfeiçoamento da cultura do algodão, em razão da crescente demanda. Mas o problema da falta de mão de obra qualificada dificultava a expansão da indústria no estado.

A proibição da emigração para o Brasil, decretada pelo governo italiano, havia diminuído muito o fluxo de trabalhadores para Minas Gerais. Tal fato levou Delfim a dispensar o

superintendente de imigração, mantido por Minas na Europa desde 1898, e a suspender o serviço de imigração subsidiada no estado. Muito embora a política imigrantista tenha sofrido considerável refluxo em razão da guerra, 708 imigrantes chegaram a Minas Gerais no ano de 1914, e há referências à chegada de muitos imigrantes japoneses na região do Triângulo. Para recebê-los o governo construiu na capital uma hospedaria, mas o relatório de governo de 1916 informa que o estado adiou a sua inauguração, porque não havia corrente imigratória suficiente. O governo adquiriu igualmente oito fazendas para a fundação de novos núcleos coloniais, que vieram a se somar às 16 outras já existentes no estado. Tais colônias agregavam cerca de 26 mil trabalhadores rurais.

No que diz respeito à segurança, a Força Pública mineira, embora uma das maiores do Brasil, não tinha um efetivo suficiente para cobrir toda a demanda do estado. Em 1914 seu efetivo chegava a aproximadamente 2.500 homens, e a demanda era de, pelos menos, quatro mil. Delfim tratou de contratar instrução militar da Suíça, prática comumente estabelecida no Brasil por outras polícias, além de ter tentado ampliar o número de policiais, sem muito sucesso. O policiamento da capital ficava a cargo da Guarda Civil, que possuía um contingente de 200 homens. A partir de 1916 a polícia mineira responsabilizou-se pelo serviço de identificação, produzindo carteiras de identidade para os eleitores, em cumprimento das exigências nacionais.

O governo de Delfim Moreira introduziu uma série de modificações na polícia que, em sua maioria, não agradaram aos militares. Com o fim de conferir apoio ao governo federal, tornou a Força Pública de Minas Gerais uma força auxiliar do Exército nacional, o que implicou alterações na carreira dos policiais e aproximou por demais a polícia do Exército. Os instrutores e comandantes das tropas da polícia mineira poderiam ser recrutados pelo Exército e os reservistas do Exército poderiam fazer parte do quadro da polícia mineira. Essa junção em nada agradou os efetivos, nem na base nem no topo da hierarquia militar.

As medidas no campo da saúde pública limitaram-se ao combate às epidemias que grassavam no interior e à retenção dos alienados, objeto constante de preocupação dos guardiões da ordem pública. O serviço de proteção aos alienados teve grande incremento no

estado após o ano de 1900, com a criação do hospital-colônia em Barbacena. A partir daí, todos os esforços se deram no sentido de ampliar a instituição, dado que a demanda por vagas superava em muito a oferta de leitos nos raros hospitais existentes.

Para viabilizar o combate às epidemias, Minas Gerais se valia do socorro do Instituto Manguinhos, já que não dispunha de meios para a fabricação de suas próprias vacinas, o que era um projeto muito acalentado por Delfim Moreira, mas não concretizado até o fim de seu mandato. Em 1916 o governo do estado tentou implementar um acordo com a Fundação Rockefeller, com o fim de obter seu auxílio no combate à ancilostomose, uma das epidemias mais alastradas por Minas. A fundação já conferia seu apoio à capital da República, e seu caráter filantrópico isentava o estado dos altos gastos com o combate a doença.

No decorrer de seu mandato, Delfim Moreira teve que enfrentar a resolução de problemas de limites entre Minas e os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e, principalmente, Espírito Santo, este último judicialmente, dada a ausência de acordo. Para garantir a posse da região contestada, Delfim instalou nela algumas comarcas judiciárias, o que agravou as relações entre as duas unidades federadas. Em 1914 a velha questão dos limites que opunha os estados de Minas e Espírito Santo foi finalmente resolvida, a favor dos mineiros, por decisão judicial.

Ao longo de seu governo Delfim manteve-se fiel à liderança de Francisco Sales, presidente da poderosa comissão executiva do PRM, a “Tarasca”. Pouco pôde interferir sobre sua própria sucessão. Interessado em indicar Américo Ferreira Lopes, então seu secretário do Interior, teve que rapidamente abrir mão de seu nome em prol da indicação de Artur Bernardes, nome proposto por Raul Soares, um de seus mais destacados secretários de estado.

DE MINAS À NAÇÃO

A sucessão presidencial de 1918 foi uma das menos traumáticas da Primeira República. A morte de Pinheiro Machado em 1915 em muito contribuiu para que as

articulações políticas se processassem sem que um de seus principais atores políticos – o estado do Rio Grande Sul – postulasse uma vaga. Ao mesmo tempo, o envelhecimento de uma primeira geração de republicanos também contribuiu para o esvaziamento da disputa, sem contar a conjuntura de guerra na qual se processaram as articulações, marcada pela incerteza política internacional e pelos desafios econômicos que assombravam nossa economia, extremamente dependente do fluxo de capital externo para a sua sobrevivência. Tais acontecimentos conduziram à mais rápida disputa sucessória ocorrida ao longo de toda a Primeira República.

A chapa Rodrigues Alves-Delfim Moreira, construída pelos principais atores políticos da ocasião, projetaria Delfim para o cenário nacional. Delfim foi eleito com 382.491 votos, cerca de quatro mil votos a menos que o presidente paulista que encabeçava a chapa. O seu nome, proposto por Nilo Peçanha, servia para aquietar divergências políticas mineiras, não inteiramente satisfeitas com a indicação de Rodrigues Alves para o cargo.

O destino colocaria nas mãos de Delfim o tão almejado posto presidencial. Rodrigues Alves foi impedido de tomar posse por estar doente, e assim, em 15 de novembro de 1918, Delfim assumiu a presidência da República. A doença de Rodrigues Alves – para seus biógrafos ele foi vítima da gripe espanhola – não o impediu de manter o controle sobre a gestão do país. Residindo no Rio de Janeiro, próximo ao palácio do Catete, recebia diariamente visitas de Delfim Moreira para discutir medidas a serem tomadas. O ministério por ele indicado foi mantido, apenas com uma modificação, ocorrida posteriormente: o banqueiro João Ribeiro de Oliveira e Sousa ocupou a pasta da Fazenda após a demissão de Amaro Cavalcanti, que não mantinha boas relações com Delfim Moreira.

O inesperado falecimento de Rodrigues Alves, em 16 de janeiro de 1919, veio alterar esse quadro. Segundo previa a Constituição de 1891, nova eleição deveria ser realizada, e assim foi feito, saindo vitorioso Epiácio Pessoa. Delfim Moreira, portanto, presidiu o país entre 15 de novembro de 1918 e 28 de julho de 1919.

Em 1918, os déficits orçamentários resultantes da conjuntura de guerra foram muito agravados. Para Delfim era urgente que a União aumentasse suas receitas, e para isso

propôs uma majoração das tarifas alfandegárias. Para o cumprimento das despesas, o governo federal teve que emitir títulos de dívida interna e externa, além de realizar emissões sem lastro. Delfim estava consciente de que o equilíbrio orçamentário só viria a partir de uma profunda redução dos gastos públicos.

Ao longo de sua breve passagem pela presidência da República, com pouco tempo e recursos, concentrou suas ações sobre a capital federal. Era então prefeito do Rio de Janeiro Paulo de Frontin, com o qual estabeleceu parceria para a realização de importantes obras urbanas, que incluíram a abertura de novas avenidas, a melhoria no sistema de abastecimento de água e a construção de estradas que ligavam o Rio a outras cidades brasileiras. A realização de tais obras expressava o interesse de Rodrigues Alves em dar continuidade às reformas urbanas iniciadas em seu primeiro governo (1902-1906). Não faltou também a repressão aos movimentos populares, que marcaram tão intensamente a primeira passagem de Rodrigues Alves pelo poder.

A iluminação pública da capital federal havia ficado seriamente comprometida com a guerra, por conta da falta de gás. Para resolver o problema, o governo federal autorizou a fabricação do gás misto ou a substituição pela iluminação elétrica, quando possível. A pretendida reforma de toda a iluminação da cidade do Rio de Janeiro não pôde, porém, ser concretizada.

Delfim Moreira enfrentou com violência várias greves gerais que assolaram a capital federal e a cidade de Niterói. No período, abusou da repressão, determinando o fechamento dos sindicatos e a expulsão de lideranças estrangeiras anarquistas. Tal como inúmeras outras lideranças de sua geração, Delfim Moreira considerava o movimento grevista como “caso de polícia”. Como exemplo dessa prática, extinguiu, em 1918, a União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. Segundo Delfim, a organização era nociva à ordem pública, e seus membros, na maioria estrangeiros, “constituíam um núcleo de agitadores, descambando para o terreno da anarquia”.

É sabido que o aumento do custo de vida após a deflagração da Primeira Guerra havia contribuído muito para a disseminação dos protestos populares. Delfim, em seu relatório,

destacou as cidades de Petrópolis e Juiz de Fora como as mais agitadas. Como forma de combate à carestia, o governo criou um serviço de fiscalização comercial para controle de preços, através da imposição de uma tabela com preços máximos para alguns produtos, mas não deixou de reprimir os movimentos populares.

O presidente em exercício congratulou-se com o Congresso Nacional pela aprovação da Lei nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919, que regularizava as indenizações por acidente de trabalho. Segundo Delfim, o grande avanço da lei consistia em equiparar a moléstia profissional aos acidentes. Segundo seu relato, sua intervenção foi decisiva no preenchimento das lacunas da lei, fazendo com que a indenização fosse paga mediante acordos entre patrões e empregados, desde que homologados pelo juiz. Para a garantia de seu pagamento, a lei passou a prever a contratação de seguros junto a companhias ou sindicatos profissionais, sujeitos à rigorosa fiscalização do governo. No entanto, lamentou a exclusão que fazia de algumas categorias de trabalhadores, como a dos mineiros e operários de pedreiras, e a falta de multas contra a sua não aplicação, problemas esses que só poderiam ser resolvidos pelo Legislativo, mas que Delfim solicitava fossem apreciados o mais breve possível.

Uma importante reforma administrativa por ele realizada, ainda no campo da regulamentação do trabalho, consistiu na transformação da Diretoria do Serviço de Povoamento em Departamento Nacional do Trabalho, com atribuições atinentes às questões operárias, inspeção do trabalho, imigração, colonização, patronato agrícola, e ainda às terras devolutas do Acre.

Ao longo de seu mandato Delfim viveria um sério enfrentamento político, que o levou a colocar em prática o artigo 6º da Constituição federal, decretando intervenção no governo de Goiás com o fim de dirimir divergências políticas internas. Dessa forma, em 1918, o governo federal interveio em Goiás, a pedido do presidente do estado, com o fim de restabelecer a ordem.

Entre suas realizações ainda podem ser destacados os investimentos no Exército, os quais consistiram na construção de cinco novos alojamentos para as escolas militares e na

tentativa de aumentar o efetivo, fazendo cumprir a lei do sorteio militar obrigatório, que encontrou, porém, muita resistência por parte dos sorteados. No que tange às relações exteriores, como um dos resultados da guerra, o Brasil passou a fazer parte do conselho executivo da então criada Liga das Nações. O país também ganhou armamentos da Inglaterra destinados a sua Marinha de Guerra. Ao fazer-se representar na Conferência de Paz em Paris, enviou uma delegação, presidida pelo senador paraibano Epiácio Pessoa, da qual este retornaria já indicado candidato à sucessão presidencial que se aproximava.

Entre outras ações à frente da presidência destacaram-se a reforma administrativa do Acre e as inúmeras alterações feitas no Código Civil, escrito em 1916, mas que ainda demandava uma série de ajustes. Em 1918 foram editados cinco mil exemplares do Código Civil corrigido. Em 1918 Delfim incorporou à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o patrimônio da Maternidade do Rio de Janeiro. O governo adquiriu também nova aparelhagem para a Escola de Minas de Ouro Preto com o fim de aprimorar o ensaio sobre minérios, equipando melhor seus laboratórios.

Em que pesem as realizações de sua gestão, Delfim Moreira pouco participou delas. Vítima de uma esclerose precoce, que o levava a alternar períodos de lucidez com atitudes insanas, manteve-se afastado das principais deliberações de seu governo. Por ter delegado poder ao seu ministro da Viação, o mineiro Afrânio de Melo Franco, o período foi qualificado pelos contemporâneos como o da “regência republicana”, em alusão ao período regencial monárquico. Muito embora a imprensa fizesse larga campanha difamatória contra a gestão de Delfim Moreira, sua sustentação política estava garantida por amplo leque de forças em Minas, temerosas de que na sua ausência fosse alçado ao poder, conforme previa a Constituição, o vice-presidente do Senado, o mato-grossense Antônio Azeredo, leal aos interesses paulistas.

Em razão de seus problemas de saúde, Delfim Moreira pouco participou das articulações que resultaram na escolha de Epiácio Pessoa para seu sucessor, limitando-se a se opor ao nome de Rui Barbosa, também pretendente ao cargo. Outras lideranças mineiras tiveram participação mais ativa nesse processo, a exemplo de Artur Bernardes e de Raul Soares.

Epitácio Pessoa foi afinal eleito em 13 de abril de 1919 e tomou posse na presidência em 28 de julho seguinte.

Delfim Moreira faleceu em 1º de julho de 1920, em Santa Rita do Sapucaí. Presidente do Senado desde que assumira a vice-presidência da República, foi ali substituído pelo mineiro Francisco Álvaro Bueno de Paiva.

Casado com sua prima Francisca Ribeiro de Abreu, teve seis filhos. Um deles, Delfim Moreira Júnior, foi deputado federal entre 1934 e 1937.

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

FONTES: ABRANCHES, D. *Como*; CARVALHO, D. *Francisco*; CASASANTA, G. *Correspondência*; CENT. INF. ACERVO. PRES. REP. Disponível em: <http://www.an.arquivonacional.gov.br/crapp_site/presidente.asp?rqID=28>; Center for Research Libraries. *Relatórios de presidentes provinciais, Minas Gerais e de presidentes da República*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>; FRANCO, A. *Estadista*; FRANCO, A. *Rodrigues Alves*; GONÇALVES, I. *Bacharel*; INST. BRAS. GEO. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/representacao_politica/1966/rep_polit1966bn_01.pdf>; MONTEIRO, N. *Dicionário*; REIS, M. *Trajetória*; RESENDE, M. *Formação*; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/SENADORES/presidentes/p_rep_Delfim_Moreira.asp>, <http://www.senado.gov.br/sf/SENADORES/senadores_biografia.asp?codparl=2880&li=31&lcab=1918-1920&lf=31>; VISCARDI, C. *Força*; VISCARDI, C. *Teatro*.